


PEDAGOGOS PARA QUE? TAMBÉM PARA A EXTENSÃO RURAL

PEDAGOGUES FOR WHAT? ALSO FOR RURAL EXTENSION

¿PEDAGOGOS PARA QUÉ? TAMBIÉN PARA LA EXTENSIÓN RURAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-321>

Data de submissão: 27/05/2025

Data de publicação: 27/06/2025

Edvalda Pereira Torres Lins Aroucha

Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: valda.aroucha@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5553332400345392>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9972-445X>

Claudilson Souza dos Santos

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: claudilsonorientador@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9126210498288952>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4235-2798>

Eliane Maria de Souza Nogueira

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: emsnogueira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4084512070761915>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0281-7601>

Fábio Del Monte Coccozza

Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: fabiococcozza@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4558390230976450>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5431-9936>

RESUMO

A agricultura familiar no Estado da Bahia é responsável por 77,8% dos estabelecimentos agropecuários, mas apenas 3,3% dos agricultores recebem Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (Fortini, 2021). Neste contexto, a ATER agroecológica, implementada pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), surge como ferramenta sociopolítica de fortalecimento para esse setor, sendo a educação não formal, uma estratégia de formação dos/as agricultores/as. Este estudo visa analisar o papel dos pedagogos na Extensão Rural, buscando entender como sua atuação pode fortalecer este serviço e contribuir para a autonomia e qualidade de vida das famílias rurais. A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise documental, e realização de entrevistas com pedagogos(as) que atuam com ATER e com agricultores que recebem seus serviços. Como resultados, a pesquisa revelou que a maioria dos pedagogos adquirem suas experiências práticas no trabalho, evidenciando a necessidade de os cursos desta área prepararem seus discentes para essa possibilidade, vez que a análise das suas matrizes curriculares, revelam que é preciso incluir disciplinas voltadas para a atuação deste profissional nesse

campo. Este estudo contribui para a construção de um novo olhar sobre o papel da pedagogia na extensão rural, reconhecendo sua relevância para o desenvolvimento socioambiental e para ações que contribuam para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Educação Agroecológica. Extensão rural. Pedagogo. Educação não formal.

ABSTRACT

Family farming in the State of Bahia accounts for 77.8% of agricultural establishments, but only 3.3% of farmers receive Technical Assistance and Rural Extension – ATER (Fortini, 2021). In this context, agroecological ATER, implemented by Civil Society Organizations (CSOs), emerges as a sociopolitical tool to strengthen this sector, with non-formal education being a strategy for training farmers. This study aims to analyze the role of educators in Rural Extension, seeking to understand how their work can strengthen this service and contribute to the autonomy and quality of life of rural families. The research was developed based on documentary analysis and interviews with educators who work with ATER and with farmers who receive their services. The results of the research revealed that most educators acquire their practical experience on the job, highlighting the need for courses in this area to prepare their students for this possibility, since the analysis of their curricular matrices reveals that it is necessary to include disciplines focused on the work of these professionals in this field. This study contributes to the construction of a new perspective on the role of pedagogy in rural extension, recognizing its relevance for socio-environmental development and for actions that contribute to mitigating the effects of climate change.

Keywords: Agroecological Education. Rural extension. Educator. Non-formal education.

RESUMEN

La agricultura familiar en el estado de Bahía representa el 77,8% de los establecimientos agrícolas, pero solo el 3,3% de los agricultores reciben Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) (Fortini, 2021). En este contexto, la ATER agroecológica, implementada por Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), surge como una herramienta sociopolítica para fortalecer este sector, siendo la educación no formal una estrategia para la capacitación de agricultores. Este estudio busca analizar el rol de los educadores en la Extensión Rural, buscando comprender cómo su trabajo puede fortalecer este servicio y contribuir a la autonomía y calidad de vida de las familias rurales. La investigación se desarrolló con base en el análisis documental y entrevistas con educadores que trabajan con ATER y con agricultores que reciben sus servicios. Los resultados de la investigación revelaron que la mayoría de los educadores adquieren su experiencia práctica en el trabajo, lo que resalta la necesidad de cursos en esta área para preparar a sus estudiantes para esta posibilidad, ya que el análisis de sus matrices curriculares revela la necesidad de incluir disciplinas enfocadas en el trabajo de estos profesionales en este campo. Este estudio contribuye a la construcción de una nueva perspectiva sobre el papel de la pedagogía en la extensión rural, reconociendo su relevancia para el desarrollo socioambiental y para las acciones que contribuyen a mitigar los efectos del cambio climático.

Palabras clave: Educación Agroecológica. Extensión rural. Educador. Educación no formal.

1 INTRODUÇÃO

As Convenções Globais da Diversidade Biológica, das Mudanças Climáticas e de Combate à Desertificação propõem ampliar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, como estratégia de mitigação dos problemas socioambientais, principalmente em regiões subúmidas secas, semiáridas, áridas e hiper áridas.

Em estudos sobre essa questão, Fortini (2021), constatou que na Bahia 77,8% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, todavia 96,7% não recebem assistência técnica. Em contra ponto, Kochhann (2021) fez um mapeamento e analisou editais governamentais e não governamentais e identificou que a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outras, publicaram editais entre 2018-2020, ofertando vagas para profissionais de pedagogia atuarem em espaços não-escolares rurais. Nesta convergência, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) do Governo do Estado da Bahia, lançou editais e selecionaram OSCs para serviços de ATER, possibilitando a contratação de profissionais das ciências humanas, inclusive pedagogia.

Diante disso, este estudo, inspirado em autores como Freire (2021), Libâneo (2000), Caporal e Costabeber (2000), Cruz (2020) e Arroyo (2014), analisa o papel de profissionais da pedagogia na extensão rural agroecológica, utilizando-se da pesquisa-ação participante e busca compreender como essa atuação, em conjunto com outros extensionistas, pode fortalecer a ATER, contribuindo para a mitigação dos danos e perdas socioambientais decorrentes das mudanças climáticas e qualidade de vida das famílias no campo.

1.1 ASPECTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: REFLEXÕES EM DESTAQUE

A educação tem papel relevante na formação das pessoas em diversas áreas, quer a partir da sua atuação nos espaços formais, quer nos espaços não formais. Diante disso, o pedagogo enquanto profissional dessa área, é bastante requerido, nas mais variadas atividades e funções. Desde o planejamento de projetos, à organização e desenvolvimento de ações educativas com o público, além do processo de avaliação de resultados, este profissional promove o processo educativo em todas as suas etapas, contribuindo dessa forma, com a formação humana.

De acordo com Libâneo (2000, p. 43), “o campo de atuação do profissional formado em pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade”, sendo possível dessa forma, compreender que a atuação do pedagogo pode se dá também nas atividades do campo, a exemplo da ATER, pois, este processo também requer, orientação, informações, construção de conhecimento e,

portanto, processos educativos.

Logo, nestes espaços sociais, assim compreendidos enquanto espaços de atuação da educação não formal, “há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (Gohn, 2010, p. 18), tendo como metas, a transmissão de informação e a formação política e sociocultural, fundamentando-se em critérios da solidariedade e identificação de interesses comuns, como parte da construção da cidadania coletiva e público do grupo (Gohn, 2010).

Dito isso, é importante destacar a participação do pedagogo na equipe multidisciplinar nas atividades de ATER, pois profissionalmente este pode complementar os processos de orientação e formação das famílias agricultoras mediante desenvolvimento de atividades que envolvem políticas públicas, programas, projetos, planejamento, currículo, didática e avaliação dos processos socioeducativos e, portanto, de construção do conhecimento, inclusive no campo específico das atividades do campo.

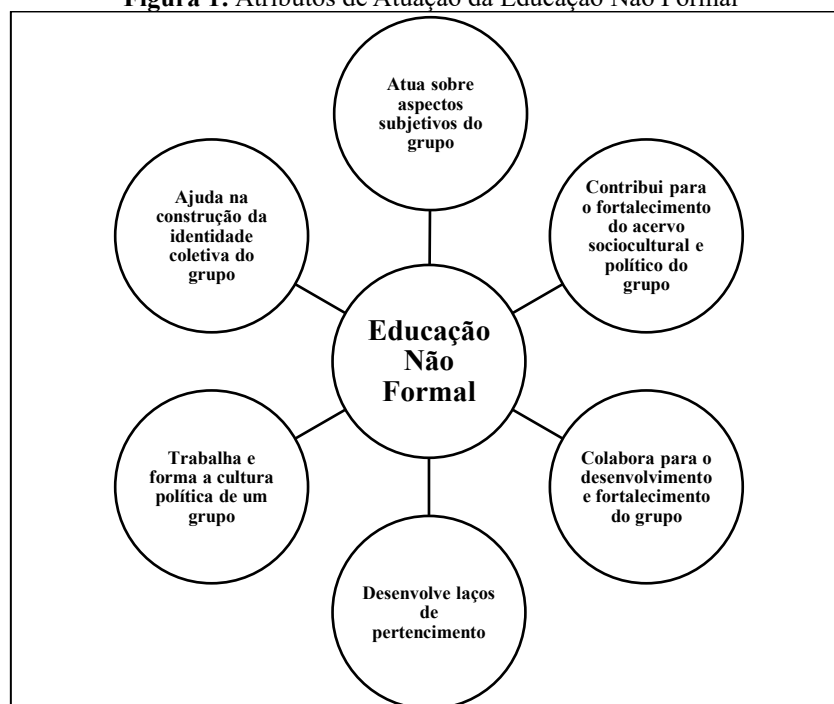
Nessa perspectiva, conforme destaca Libâneo (2000, p. 59),

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas, a pedagogia, precisam concentrar esforços em processos de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo.

Desse modo, conforme Gohn (2010), ao pontuar que a educação não formal, se dá nos espaços educativos que se localizam nos territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, onde há processos interativos intencionais. Assim sendo, os múltiplos territórios rurais, onde os agricultores desenvolvem suas atividades primárias e secundárias, como a propriedade, as associações, as cooperativas, os espaços de formação, são também territórios de atuação da educação não formal, e, por conseguinte, dos pedagogos.

Além disso, a educação não formal, tem outros atributos, aos quais podem ser considerados também, no território do campo, nos múltiplos espaços de convivência do agricultor, conforme podem ser observados na Figura 1, inspirado nos estudos de Gohn (2010).

Figura 1: Atributos de Atuação da Educação Não Formal



Fonte: Gohn (2010, p. 20).

Além desses atributos, Gohn (2010), sinaliza também, os possíveis resultados a partir do desenvolvimento do processo educativo nos espaços não formais, conforme descritos no Quadro I, a seguir.

Quadro 1; Resultados do Processo de Educação Não Formal

1.	Consciência e organização de como agir em grupos coletivos
2.	Construção e reconstrução de mundo e sobre o mundo
3.	Contribuição para um sentimento de identidade na comunidade
4.	Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades
5.	Resgata o sentimento de valorização do indivíduo
6.	Constrói conhecimentos a partir das próprias práticas do indivíduo
7.	Desenvolve a cultura política do grupo

Fonte: Gohn (2010).

Diante desses elementos, compreende-se a relação imediata de atuação do pedagogo, o qual nos territórios educativos, assim como os espaços de desenvolvimento da ATER, pode contribuir sobremaneira com a formação dos sujeitos, aqui definidos como agricultores(as) familiares participantes dos processos de ater. numa abordagem que respeitem os modos de vida, os saberes tradicionais e os etnoconhecimentos

Assim, a pedagogia freireana inspira uma educação no campo comprometida com o respeito à diversidade das pessoas e de seus ambientes epistemológicos naturais ou construídos.

Assim se constitui e projeta-se a educação do campo, nunca somente uma educação para o

campo, que, se o fosse, abdicaria da necessidade da participação ativa e da construção conjunta de educadores e educandos, deixando de lado, inclusive, a colaboração da comunidade, o diálogo, para ser (...) uma extensão, no sentido da simples ‘transmissão, entrega ou doação’ (Freire, 2017, p. 20)

Assim sendo, continua atual e urgente a defesa por uma educação no campo construída em diálogo com as pessoas que vivem e trabalham na terra, como destaca Freire (2017, p. 20), ao mencionar que “a verdadeira extensão deve ser participativa, integrando pedagogia, saberes locais e prática comunitária. isso exige interdisciplinaridade entre as ciências agrárias e as outras ciências”, o que se assemelha da visão de Gohn (2010), que a compreende como um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, além de um “conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais” (Gohn, 2010, p. 33).

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse estudo, parte da pesquisa-ação participativa, que concilia teoria indissociável da prática e a reciprocidade entre pesquisador e participantes (Thiollent, 2004; Colette 2021).

Para essa pesquisa, foram realizadas entrevistas com os dirigentes das OSCs que prestam serviços de ATER e são membros do Fórum Baiano de Agricultura Familiar (FBAF) e seus profissionais de pedagogia.

A apresentação do projeto de pesquisa ocorreu em diversas reuniões deste Fórum e de reuniões promovidas pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), com a finalidade de contar ativamente com as OSC neste trabalho. Ou seja, no âmbito da pesquisa-ação, o projeto já coteja com suas intencionalidades, já que não é uma pesquisa neutra.

Com o advento da pandemia do COVID-19 e das inúmeras possibilidades de mediações virtuais e dada a distância das Instituições, a pesquisa deu-se por entrevistas semiestruturadas via google form, reuniões e encontros com os profissionais durante eventos promovidos pelo FBAF ou pela BAHATER.

Além disso, a pesquisa contou com a etapa de análise documental das matrizes curriculares dos Cursos de Pedagogia do Campus VIII – Paulo Afonso/BA e da Licenciatura em Pedagogia Intercultural de Educação Escolar Indígena do Campus XXVI, Jeremoabo/BA, ambos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), visando avaliar se os mesmos têm disciplinas que preparam esses profissionais para atuarem em outras áreas, especialmente para a extensão rural.

3 RESULTADOS

3.1 OS ASPECTOS LEGAIS ENTORNO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Do ponto de vista legal, a educação não formal, está assentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, que ao estabelecer as diretrizes gerais da educação, reconhece a importância da educação em diferentes contextos, incluindo a educação não formal. A lei enfatiza a importância da formação contínua, da aprendizagem ao longo da vida e do desenvolvimento integral do educando, o que inclui a possibilidade de aprender por meio de experiências não formais.

Além disso, a Resolução do CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024), que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), em seu artigo 3º, também considera a educação em seus processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura, nos termos do art. 205 da Constituição (Brasil, 2021).

Na atualidade, a disciplina Educação Não Formal compõe a grade curricular da maioria dos cursos de Educação ou Pedagogia, também nas faculdades e universidades particulares. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, de 1996, abriu caminho institucional aos processos educativos que ocorrem em espaços não formais ao definir a educação como aquela que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º, LDB, 1996). O termo foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2003.

Constatou-se ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura, de 2006, também assinala a importância e a necessidade de formar educadores para atuarem também nos espaços não escolares. Estudos da Fundação Carlos Chagas, em 2008, revelaram a presença de disciplinas voltadas para ensino específico com enfoque em contextos não-escolares ainda era pequena (FCC, 2008). Felizmente, esta realidade tem se alterado na última década.

De acordo com Gohn (2010), o educador social atua junto aos diferentes movimentos sociais contemporâneos, tais como: os movimentos populares, que reivindicam melhores condições de vida e trabalho, no meio rural e/ou urbano; os movimentos identitários, que lutam por direitos socioculturais mais específicos; e os movimentos globalizantes, como o Fórum Social Mundial, a Via Campesina,

etc., enquanto mediadores.

Ainda à luz de Gohn (2010), o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil em seu documento de Classificação Brasileira de Ocupações (2002), menciona no código 5.153, os trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e inclui os educadores sociais nessa categoria.

Portanto, como visto, a educação não formal e o pedagogo são indispensáveis para um trabalho eficaz em qualquer área de trabalho, seja nos espaços urbanos e rurais, este último especialmente em agroecossistemas familiares, áreas de assentamento, reassentamento e etnoterritórios.

A pedagogia é essencialmente um campo científico, diferentemente de um simples curso acadêmico. O curso que se associa a ela é responsável por formar pesquisadores em educação e profissionais que desempenham atividades educativas, envolvendo-os diretamente ligados à docência ou não. A justificativa para a existência de um curso de Pedagogia reside no fato de haver um campo investigativo específico – a pedagogia – essência cuja é composta tanto pela teoria quanto pela prática da educação, bem como pela teoria e prática do desenvolvimento humano em diferentes contextos.

4 DISCUSSÃO

Do levantamento de dados obtidos junto a BAHIATER, foram contratadas, nos 27 Territórios, 47 Organizações da Sociedade Civil (OSC) para desenvolverem os Projetos ATER Biomas (2022-2027) e ATER Bahia Sem Fome (2023-2028), de modo a atender 70.060 famílias agricultoras, incluindo no corpo técnico, profissionais das ciências humanas. Dessas OSC foram analisadas 24 do semiárido baiano que participam do Fórum Baiano de Agricultura Familiar, as quais possuem 20 pedagogos/as, sendo 65% com dedicação prioritária à ATER, 10% parcialmente e 25% à outras atividades. Dos 22 pedagogos entrevistados, 100% afirmaram que a experiência com a extensão rural vem sendo adquirida na própria Instituição que o contratou.

Nas atividades da extensão rural, os pedagogos atuam na elaboração de projetos, planejamento das metas, desenvolvimento metodológico, preparação de material didático, articulação e mobilização e elaboração dos relatórios.

Os dados também apontam para a necessidade de uma maior diversificação das experiências prévias dos pedagogos antes da contratação, para que cheguem mais preparados para os desafios específicos da extensão rural, pois a experiência prática adquirida no campo é valiosa, mas uma formação acadêmica mais robusta pode potencializar essas ações e seus impactos.

Por isto, também estão sendo analisadas as Matrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia, mas já se percebe avanços na formação dos pedagogos, com disciplinas e atividades de extensão universitária, possibilitando-os a ocupar funções para além das escolas e da educação formal.

Porquanto, as Universidades estão demonstrando interesse em ampliar esse debate, tanto que em 20 de maio de 2025, ocorreu uma palestra sobre as possibilidades de mercados para os profissionais de pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* de Bom Jesus da Lapa/BA. E do outro lado, os editais públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural ou de outras áreas, especialmente quando se trata de projetos de agroecologia, justiça climática, empoderamento feminino, vem exigindo a inclusão de profissionais das ciências humanas na composição das equipes multiprofissionais, de modo que o pedagogo, como educador agroecológico, integre práticas educativas críticas e participativas com princípios de sustentabilidade e justiça social no contexto rural.

5 CONCLUSÃO

É crescente a demanda das OSCs por profissionais de pedagogia para as equipes de ATER agroecológica, revelando a necessidade de integrar a pedagogia à extensão rural.

A pesquisa demonstra que a maioria dos pedagogos atuantes adquirem suas experiências práticas nas OSC, evidenciando a necessidade dos cursos desta área preparem seus discentes para essa possibilidade.

No contexto da educação agroecológica, o objetivo do diálogo não é importar ideias ou persuadir os outros, mas sim fomentar uma reflexão profunda sobre a práxis. Este tipo de diálogo incentiva a recíproca valorização e/ou construção do conhecimento, onde equipe multiprofissional de ATER e os copresentes envolvem-se ativamente em um processo colaborativo de questionamentos, descobertas e adesões. Ao invés de um monólogo, o diálogo ecopedagógico é uma via de mão dupla que valoriza a troca de experiências e a diversidade de perspectivas e cosmovisões, promovendo um ambiente de socioaprendizagem mais humanizado e significativo. Essa abordagem não só fortalece o pensamento crítico como também motiva a todos a tornarem parceiros nos propósitos que se almeja.

Esta pesquisa torna-se relevante, tanto no fazer prático, quanto teórico dos profissionais de pedagogia na educação agroecológica e extensão rural, não apenas como missão da educação do campo ou das ciências agrárias e da natureza, mas também das humanas e sociais, contribuindo dessa forma, com a construção de um novo olhar sobre o papel da pedagogia na extensão rural, reconhecendo sua contribuição para com a dinâmica de facilitação das práticas da assistência técnica, quanto da extensão rural, na medida em que junto com as equipes técnicas (agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, técnicos em agropecuária, técnicos em agroecologia, biólogos, assistentes sociais, dentre outros), torna-se ecopedagogicamente, metodologicamente e didaticamente facilitadora da relação dos profissionais das agrárias com as famílias agricultoras camponesas, povos e comunidades tradicionais, que possuem os conhecimentos e etno conhecimentos tradicionais, que são basilares para iniciar

qualquer política e serviço de ATER, capaz de contribuir com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, principalmente no árido e semiárido brasileiro.

A educação agroecológica para a Assistência Técnica e Extensão Rural deve ser concebida como um processo formativo que integra o conhecimento técnico-científico com os saberes tradicionais e locais, promovendo uma abordagem holística e interdisciplinar, de modo que o profissional de pedagogia atua como protagonista para facilitar o diálogo entre agricultores, técnicos e a comunidade, promovendo práticas seguras e respeitando a diversidade cultural. Esse conceito deve enfatizar a formação crítica, a busca pela autonomia dos agricultores e a valorização dos recursos naturais e sociais locais, sempre com foco na transformação social e ecológica.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Projeto de Redimensionamento do Curso da LICEEI - Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena. Paulo Afonso/BA: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2022.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Projeto de Redimensionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural de Educação Escolar Indígena. Paulo Afonso/BA: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2022.

BAHIA. Chamada pública ATER agroecologia SDR/BAHIATER nº 001/2018a. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção da agroecologia nas unidades produtivas familiares do Estado da Bahia. Salvador, 2018. 22 p.

BAHIA. Chamada pública ATER para mulheres rurais SDR/BAHIATER nº 002/2018b. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres rurais do Estado da Bahia. Salvador, 2018, 23 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 110/2021, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. – 57. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.

COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação participativa e compromisso social da Universidade. Curitiba: CRV, 2021. 206 p.

CRUZ, Danilo Uzêda da; UZÊDA, Lilian Freitas Fernandes. Extensão Rural no Brasil: percursos, metodologias e desafios. Camaçari, BA: Pinaúna Editora, 2020. 220 p.

FORTINI, Rosimere Miranda; SETTE, Ana Beatriz Pereira; SANTOS, Elizângela Aparecida dos. Um novo retrato da agricultura familiar do estado da Bahia: a partir dos dados do censo agropecuário 2017. [Recurso eletrônico]. Coordenador Marcelo José Braga. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 23. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021. 128 p.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal e o educar Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do Coronavírus. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.7.7 – 2020. p. 9-20. www.revistaunitins.br

KOCHHANN, Andréa; MENDES, Anna Paula Alves; COSTA, Raniele Moreira da. O pedagogo na área das agrárias: compreendendo essa perspectiva de atuação em espaços não-escolares. Goiânia: Kelps, 2021. 100 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para que? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Temas Básicos da Pesquisa-Ação).